

Oficina de Diagnóstico  
Socioterritorial das DRADS



I Encontro de Vigilância Socioassistencial SEDS

## **Oficina de Diagnóstico para atuação socioterritorial dos técnicos e gestores da Vigilância Socioassistencial da SEDS**

A municipalização da execução de políticas setoriais é um ponto essencial para pensar na atuação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. A história, as dinâmicas sociais, assim como fatores ambientais e a economia globalizada trazem desenvolvimentos desiguais e desafios regionais.

Em um contexto complexo como do Estado de São Paulo, a Vigilância Socioassistencial nasce com o desafio de compreender as demandas e nortear as políticas de desenvolvimento e assistência social.

A Oficina de Diagnóstico do I Encontro de Vigilância Socioassistencial para técnicos da SEDS vem com o intuito de buscar caminhos para tornar a vigilância operacional e funcional às nossas necessidades.

### **PORTE MUNICIPAL**

No contexto da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social o porte dos municípios é um aspecto relevante para se pensar em gestão pública e estratégias de ação regional. A gestão estadual deve organizar, fomentar, apoiar, acompanhar e orientar os gestores municipais de assistência social. No entanto, municípios pequenos, médios, grandes ou metrópoles possuem características diferentes e demandas bastante específicas.

### **Proporção dos portes municipais:**

Para um gestor regional é importante saber que São Paulo possui muitos municípios pequenos. Isto é, 81% dos municípios paulistas possuem até 50 mil habitantes. Ou, 62% dos municípios possuem até 20 mil habitantes.

Inversamente são poucos os municípios com porte médio, ou grande, ou metrópole, conforme demonstra o quadro 1.

**Quadro 1 - Porte dos municípios paulistas. Ano 2018.**

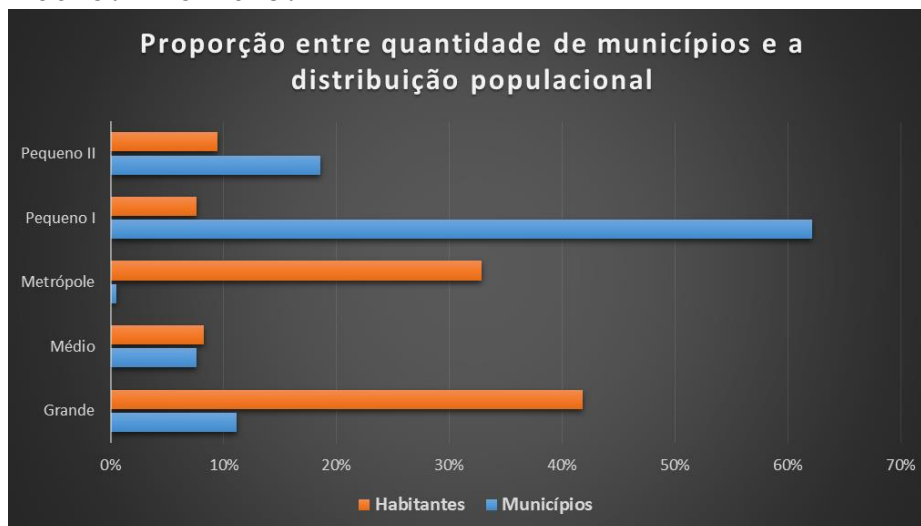
| <b>Habitantes</b>    | <b>Porte</b> | <b>Nº de municípios</b> | <b>%</b>    |
|----------------------|--------------|-------------------------|-------------|
| maior que 1 milhão   | Metrópole    | 3                       | <b>0,5%</b> |
| 100 mil até 1 milhão | Grande       | 72                      | <b>11%</b>  |
| 50 mil até 100 mil   | Médio        | 49                      | <b>8%</b>   |
| 20 mil até 50 mil    | Pequeno II   | 120                     | <b>19%</b>  |
| até 20 mil           | Pequeno I    | 401                     | <b>62%</b>  |
| <b>Total Geral</b>   |              | <b>645</b>              | <b>100%</b> |

Fonte: PMASweb 2018/2021. Elaborado por Grupo Estadual de Gestão do SUAS/CGE, agosto 2018.

## Distribuição da população:

A proporção é inversa quando observamos o gráfico abaixo, que demonstra a concentração populacional. Aproximadamente **75% da população** vive em municípios de grande porte ou metrópoles.

**Gráfico I - Porte e população do estado de São Paulo. Ano 2018.**



Fonte: PMASweb 2018/2021. Elaborado por Grupo Estadual de Gestão do SUAS/CGE, agosto 2018.

### Observações:

❖ Territórios com **grande porte populacional** existem em proporção relativamente menor, mas concentram mais pessoas. Isto indica a necessidade de mais equipamentos públicos e uma proteção social intensiva para os territórios mais vulneráveis.

❖ Municípios de **pequeno porte** são maioria, mas possuem menos habitantes. Isto indica necessidade de uma proteção social mais extensiva em um território disperso, muitas vezes com difícil acesso. Também possuem demandas para orientações técnicas mais básicas.



## GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A caracterização com relação ao nível de gestão é um indicador importante para pensar sobre a disponibilidade de equipamentos de proteção social da rede de atendimento, assim como aspectos gerenciais dos órgãos gestores.

Segundo a Norma Operacional Básica do SUAS (2012), os municípios com **gestão nível inicial** recebem um piso básico e devem alocar recursos próprio para ações essenciais de proteção básica.

A **gestão básica** recebe um piso voltado para proteção social especial, mas possuem o compromisso de estruturar o CRAS e assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município.

O nível de **gestão plena** tem a responsabilidade de organizar a proteção social básica e especial em seu município, com os equipamentos de referência necessários para proteção às situações de violação de direitos.

### Proporção dos municípios em relação ao nível de gestão:

Conforme o quadro abaixo, o estado de São Paulo possui 27 municípios em gestão inicial, 82 em gestão plena e 536 em básica.

**Quadro II - Proporção dos níveis de gestão socioassistencial segundo porte municipal.**

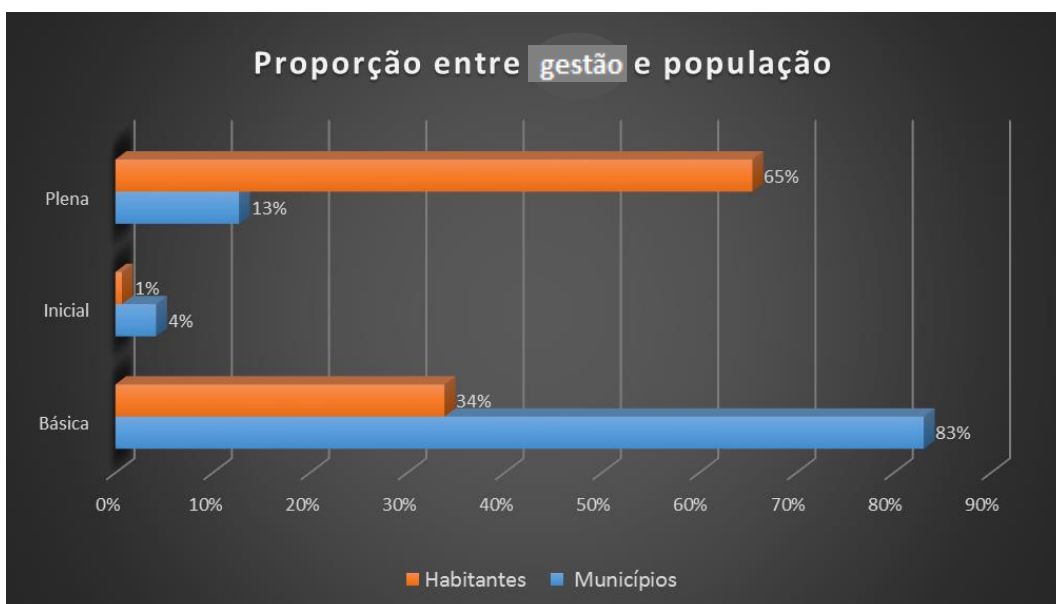
| Nível de Gestão | Porte Populacional | Nº de Municípios | % dos Municípios |
|-----------------|--------------------|------------------|------------------|
| Básica          | Grande             | 30               | 6%               |
|                 | Médio              | 34               | 6%               |
|                 | Pequeno I          | 370              | 69%              |
|                 | Pequeno II         | 102              | 19%              |
|                 | <b>Total</b>       | <b>536</b>       | <b>100%</b>      |
| Inicial         | Médio              | 1                | 4%               |
|                 | Pequeno I          | 25               | 93%              |
|                 | Pequeno II         | 1                | 4%               |
|                 | <b>Total</b>       | <b>27</b>        | <b>100%</b>      |
| Plena           | Grande             | 42               | 51%              |
|                 | Médio              | 14               | 17%              |
|                 | Metrópole          | 3                | 4%               |
|                 | Pequeno I          | 6                | 7%               |
|                 | Pequeno II         | 17               | 21%              |
|                 | <b>Total</b>       | <b>82</b>        | <b>100%</b>      |
| <b>Total</b>    |                    | <b>645</b>       |                  |

Fonte: PMASweb 2018/2021. Elaborado por Grupo Estadual de Gestão do SUAS/CGE, agosto 2018.

A **gestão inicial** representa apenas **4%**, mas deve ser observada com **atenção**, pois este pode ser um indicativo de pouca atividade em relação aos atendimentos socioassistenciais à população local. A **gestão básica** é o nível com maior frequência, representando **83%** dos municípios. O nível mais avançado de gestão é a **plena**, representando **13%** dos municípios paulistas.

Os municípios em gestão inicial são em grande maioria de porte Pequeno I. Os municípios de gestão básica são em maioria de pequeno porte I e II. Dos municípios em gestão plena, maior parte (72%) são de médio, grande ou porte metrópole.

**Gráfico II - Comparação entre porte populacional e níveis de gestão socioassistencial**



Fonte: PMASweb 2018/2021. Elaborado por Grupo Estadual de Gestão do SUAS/CGE, agosto 2018.

O gráfico II demonstra que os 82 municípios que possuem nível de **gestão pleno** representam **65% da população** do estado.

Já o **nível básico**, são 536 municípios, onde habitam **34% da população** do Estado. O **nível inicial** são apenas 27 municípios, representando **4% da população**.

**Quadro III - Níveis de gestão segundo nº de trabalhadores.**

| Nível Gestão       | Nº Municípios | Total de trabalhadores | Média de Trabalhadores |
|--------------------|---------------|------------------------|------------------------|
| Inicial            | 27            | 190                    | 7,0                    |
| Básica             | 536           | 6.666                  | 12,4                   |
| Plena              | 82            | 4.849                  | 59,1                   |
| <b>Total Geral</b> | <b>645</b>    | <b>11.705</b>          | <b>18,1</b>            |

Fonte: PMASweb 2018/2021. Elaborado por Grupo Estadual de Gestão do SUAS/CGE, agosto 2018.

Outra informação relevante para pensar a gestão da assistência social é o número de **trabalhadores dos órgãos gestores municipais**, pois estes são os **responsáveis pela coordenação da rede de atendimento socioassistencial no território** e são os principais interlocutores da SEDS, por meio das diretorias regionais (DRADS).

O quadro III aponta **para 11.705 trabalhadores nos órgãos gestores municipais**. Este montante se distribui entre os órgãos gestores de forma diversa e variada, conforme a região, mas podemos observar que a média de trabalhadores de um órgão gestor **varia** segundo o nível de gestão, podendo ser observado uma variação entre **menos de 10 trabalhadores para nível inicial, a mais de 50 trabalhadores para municípios em nível pleno**.

O número de trabalhadores nos órgãos gestores municipais também variam segundo o porte populacional, devendo ser tomado cuidado ao generalizar esta média.

**Observações:**

- ❖ Territórios em gestão plena costumam ser mais complexos devido as características sociais e econômicas, assim como pelos aspectos técnicos e gerenciais que demandam a rede de atendimento socioassistencial.
- ❖ A grande maioria dos municípios é gestão básica e costumam ter maiores limitações com as proteções sociais especiais. Com uma média de 12 trabalhadores por órgão gestor, também podem ter maior rotatividade de trabalhadores, dificultando a continuidade do trabalho.
- ❖ Existem ainda 27 municípios em gestão inicial, em sua maioria com pequeno porte I. Apesar de serem poucos, necessitam de um olhar especial, devido sua pouca estrutura de cobertura dos usuários e dificuldades de gestão dos municípios.

**Caracterize os aspectos operacionais e estratégicos do trabalho da Vigilância Socioassistencial segundo os níveis de gestão.**

- Identifique as características das atividades de apoio técnico e gerencial que demandam os municípios segundo o nível de gestão:

3. Quais as dificuldades mais frequentes dos municípios segundo o nível de gestão?

4. Qual melhor estratégia para dar apoio aos municípios segundo o porte e o nível de gestão?

➤ **Gestão Inicial:**

➤ **Gestão Básica:**

➤ **Gestão Plena:**



## **DINÂMICAS TERRITORIAIS**

Para interpretar os indicadores sociais é importante compreender o contexto e a dinâmica dos territórios. Os mapas são uma ferramenta essencial para pensar as estratégias de atuação territorial.

### **O relevo:**

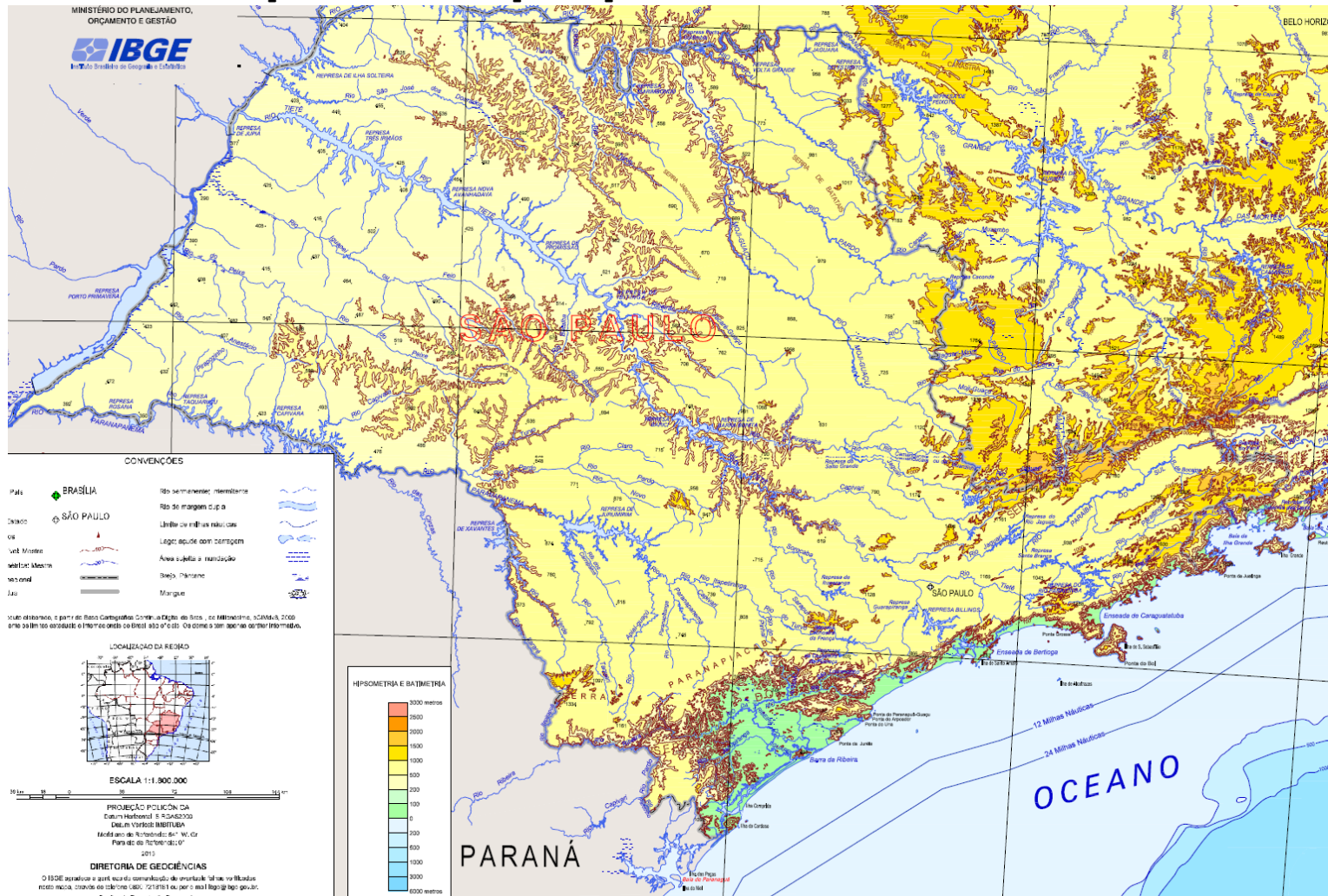
Se levarmos em consideração o relevo, compreenderemos a disposição das águas que correm para as áreas mais baixas. A lógica da ocupação humana também é influenciada, na ocupação do solo, como no traçado das estradas, e das atividades econômicas. Os territórios mais nobres e as áreas mais vulneráveis estão normalmente relacionados a estas dinâmicas locais.

Por exemplo, as estradas costumam ser construídas em terrenos elevados, paralelamente aos grandes rios. Neste contexto observamos maior incidência de cidades importantes regionalmente cortadas por mais de uma estrada, servindo de conexão entre outras cidades menores, beneficiando o território como polo de comércio, indústria e serviços.

Em áreas planas e com grandes rios nas proximidades costumam ter vocação ao aproveitamento agropecuário. No entanto, em áreas com muitas nascentes, o relevo costuma ser mais acidentado e a ocupação do solo mais limitada, beneficiando propriedades menores (granjas, sítios, etc).

Esta mesma situação, próxima de centros urbanos ou regiões metropolitanas, podem ser foco de ocupações irregulares, beneficiando aglomerados subnormais, etc.

Mapa I - Relevo e principais rios do estado de São Paulo.



Fonte: IBGE

Material de Apoio  
 Agosto 2018

**Aspectos ambientais que influenciam o desenvolvimento das Macrorregiões.**

- **Identificar sua região no mapa I e refletir sobre a relação dos aspectos ambientais com socioeconômicos e características regionais.**

5. Qual a relação do relevo, dos rios, da vegetação e do clima da sua região no desenvolvimento socioeconômico?

### **Conexões entre as cidades:**

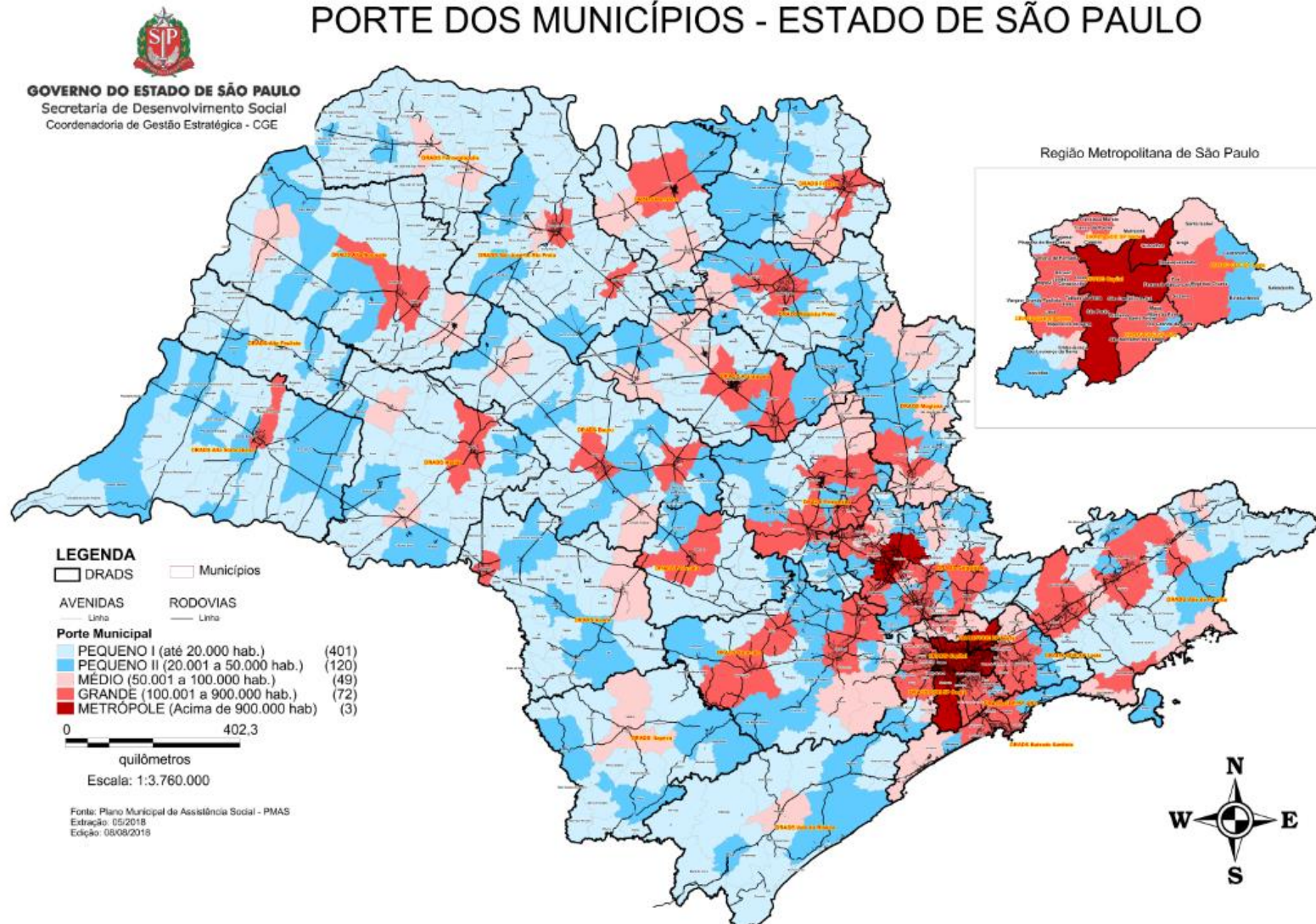
A ocupação moderna do estado de São Paulo se iniciou no século XIX se XX seguindo os eixos das estradas de ferro. No eixo Rio/Santos/São Paulo se formaram importantes regiões metropolitanas, como a baixada santista, o vale paraíba e a região metropolitana de São Paulo; no eixo Jundiaí/Campinas/Barretos, vemos outro sentido da ocupação territorial, com uma mescla de cidades com vocação rural, e polos de serviço e indústria; e o eixo São Paulo/Sorocaba/Presidente Prudente uma ocupação pouco mais tardia, e características geográficas, ambientais e socioeconômicas próprias.

As ferrovias foram aos poucos substituídas pelas rodovias, onde surgem novas vias e cidades, mas as dinâmicas territoriais ainda se mantêm no traçado daqueles eixos, por onde fluem pessoas e mercadorias. As rodovias fazem conexões entre regiões internas, ou entre o estado e outras rotas para regiões norte, oeste, sudeste, e sul do país.

O desenvolvimento e a vulnerabilidade social possuem uma relação com estas vias públicas. Reparem o mapa II, que as cidades de porte médio, grande e metrópole são normalmente cortadas por grandes rodovias, muitas vezes mais de uma, como a Castelo Branco, Raposo Tavares, Marechal Rondon, Bandeirantes, Anhanguera, Presidente Dutra, Transbrasiliana, etc.

Mapa II - Distribuição dos municípios segundo os portes e principais estradas de rodagem.

## PORTE DOS MUNICÍPIOS - ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: PMASweb 2018/2021. Elaborado por equipe georreferenciamento CGE.

## Conexões e fluxo de pessoas no território.

- **Observe no mapa as principais vias de acesso da sua região e busque identificar locais com economias e vulnerabilidades sociais:**

6. Qual a conexão entre os municípios? Qual relação as estradas estabelecem com o desenvolvimento e as vulnerabilidades sociais?

### **Gestão Socioassistencial:**

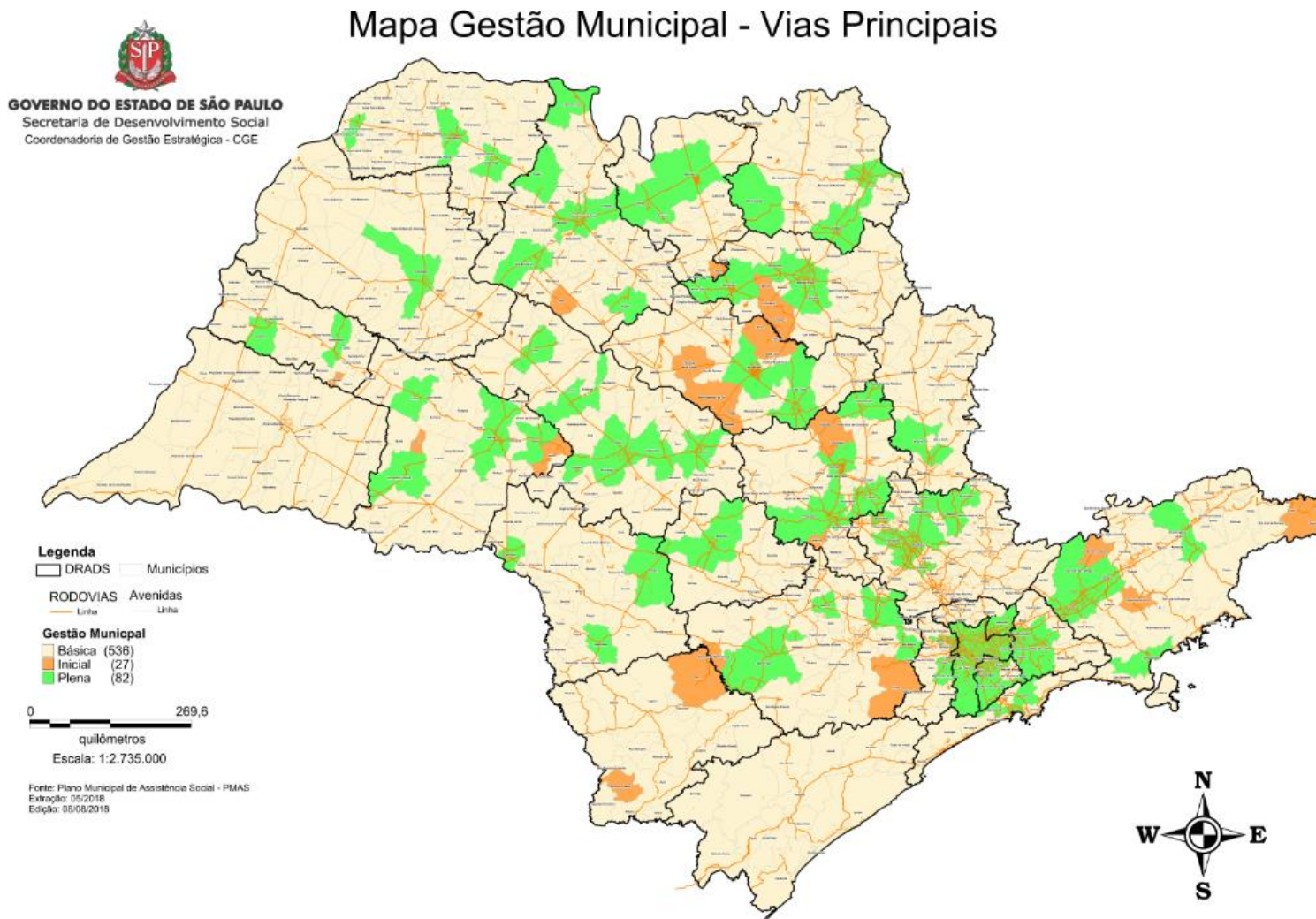
No mapa III, as cidades com nível de gestão plena estão distribuídas pelo estado, com maior frequência em cidades onde existe pontos de confluência entre rodovias. Este aspecto pode ter relação com aspectos econômicos, porte populacional, e demandas específicas para a assistência social.

Interessante é perceber como a grande maioria das cidades com nível de gestão inicial estão "coladas" em cidades de nível pleno, com exceção de Bananal, Barra do Chapel e Sales. Isto é uma dinâmica que precisa ser melhor investigada, mas levanta a hipótese de que os usuários de serviços socioassistenciais dos territórios com gestão inicial façam uso da rede de atendimento dos seus vizinhos.

Os territórios das Drads Alta Sorocabana, Vale do Ribeira e Itapeva não possuem município com gestão plena. Isto não tem uma relação com a gestão da Drads, mas deve ter um tratamento sensível quanto as condições de atendimento das proteções sociais especiais.



Mapa III - Distribuição dos municípios segundo os níveis de gestão e principais estradas de rodagem.



Fonte: PMASweb 2018/2021. Elaborado por equipe georreferenciamento CGE.



## **Dinâmicas sociais e níveis de gestão.**

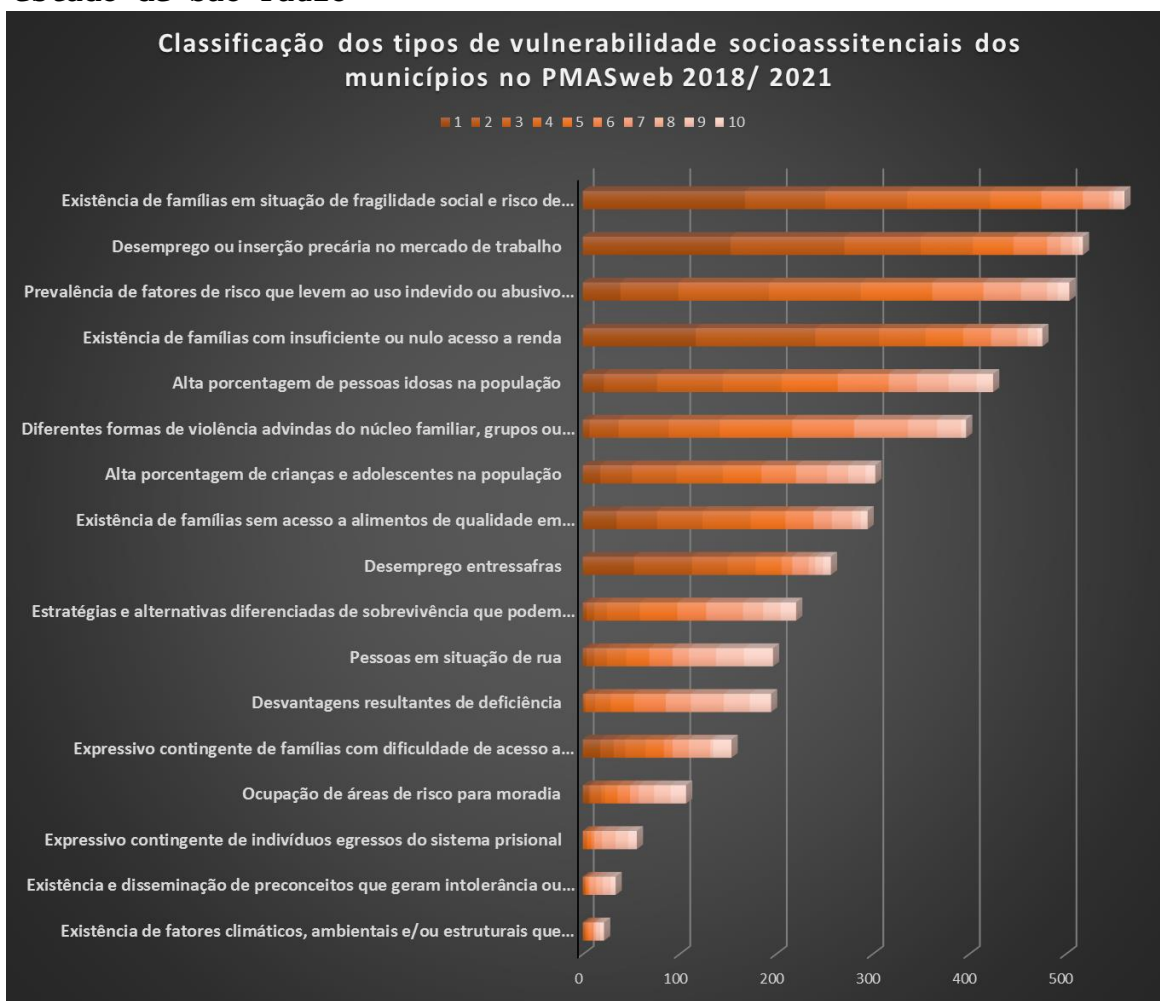
- **Observe no mapa a distribuição dos municípios segundo o nível de gestão e responda:**

7. Com relação aos municípios com nível de gestão inicial e básica. Como os órgãos gestores municipais lidam com demandas de proteção de média ou alta vulnerabilidade? Como os gestores?

8. Quais municípios com gestão inicial ou básica possuem demandas de alta ou média complexidade?

## VULNERABILIDADE E RISCOS SOCIOTERRITORIAIS

Gráfico III – Ranking das vulnerabilidades socioassistenciais do estado de São Paulo



Fonte: PMASweb 2018/2021. Elaboração equipe do Grupo Estadual de Gestão do SUAS/ CGE

As situações de risco e vulnerabilidade mais frequentes no PMASweb 2018/2021, são:

- ✓ **Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares** (87% dos municípios citam esta situação);
- ✓ **Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho** (80% dos municípios citam esta situação);
- ✓ **Prevalência de fatores de risco que levam ao uso indevido ou abuso de substâncias psicoativas** (78% dos municípios citam esta situação);
- ✓ **Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda** (74% dos municípios citam esta situação);

A grande frequência destas vulnerabilidades são um indicativo para foco das políticas estaduais.

Outro destaque são as situações diagnosticadas pelos municípios no PMASweb 2018/2021, classificadas em 1º lugar, em termo de intensidade. São elas:

- ✓ **Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares** (30% dos municípios classificaram esta como a principal situação)
- ✓ **Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho** (30% dos municípios classificaram esta como a principal situação)
- ✓ **Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda** (25% dos municípios classificaram esta como a principal situação)
- ✓ **Desemprego entressafras** (21% dos municípios classificaram esta como a principal situação)

Cada uma destas vulnerabilidades se liga a uma proteção social e a serviços e benefícios socioassistenciais.

## **Diretrizes para atuação técnica da SEDS segundo o tipo de vulnerabilidade**

9. Quais os serviços que atendem cada uma destas vulnerabilidades descritas abaixo? Aponte as áreas da SEDS envolvidas no apoio técnico e outros setores estratégicos para atuação territorial?

- **Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares:**
  
- **Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho:**
  
- **Prevalência de fatores de risco que levem ao uso indevido ou abuso de substâncias psicoativas:**
  
- **Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda:**
  
- **Existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares:**
  
- **Desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho:**
  
- **Existência de famílias com insuficiente ou nulo acesso a renda:**
  
- **Desemprego entressafras:**

### **Articulação setorial:**

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é uma ferramenta elaborada pela Fundação SEADE que usa os mesmos temas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas com uma ênfase na capacidade de execução da gestão pública municipal.

No mapa IV percebemos que os indicadores de riqueza e a capacidade de gestão municipal estão mais concentradas nas regiões metropolitanas, seguindo o eixo de estradas como Anhanguera, Washington Luís. No entanto, a relação entre IPRS e as rodovias não é uma regra geral, existem município do Grupo 5, com baixa riqueza e indicadores sociais insatisfatórios, próximos de territórios dos grupos 1 ou 2. Isto pode ser o indicativo de uma relação socioeconômica, como por exemplo, municípios dormitórios.

Regionais como Drads Itapeva, Vale do Ribeira, e as Drads que margeiam os rios, Paraná, Paranapanema e Itararé possuem em sua maioria índices nos grupos mais baixos. As ações da assistência social para atender população com baixos índices de riqueza e de indicadores sociais são relativamente limitadas. Neste sentido, cabe ao estado fomentar o diálogo e a articulação com outros setores.

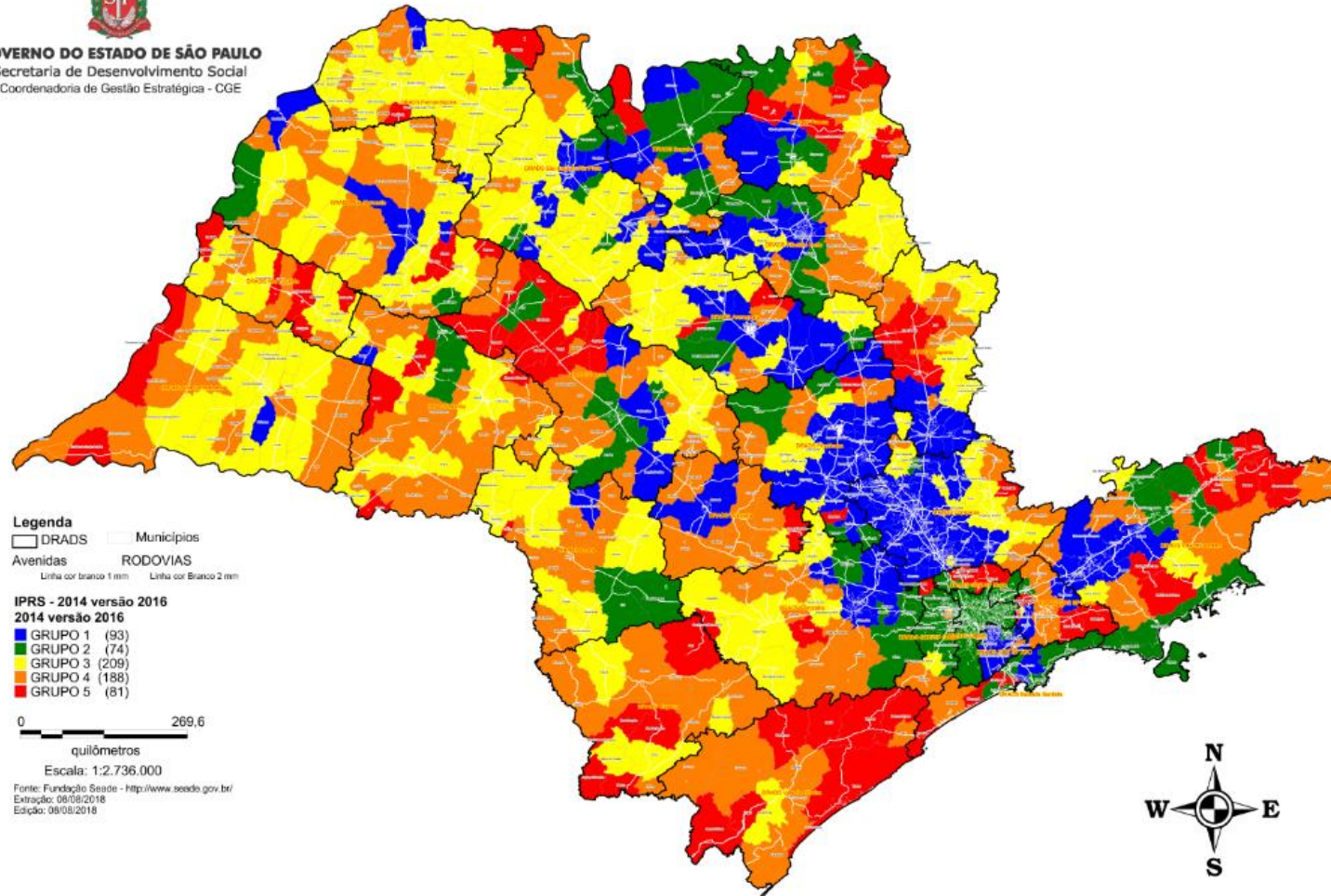
Por exemplo, outro indicador de vulnerabilidade social que impacta a assistência social e envolve maior articulação com outras áreas de atuação é a proporção de jovens e idosos no território.

O mapa V demonstra uma concentração marcante de população jovem nos municípios das Drads Grande São Paulo Leste, Vale do Ribeira, Baixada Santista, Vale do Paraíba, Itapeva e Avaré. A concentração de jovens é um indicativo de arranjos familiares mais vulneráveis e com grande demanda para educação, esporte, cultura, lazer, proteção básica e especial.

O mapa VI demonstra a concentração de população maior de 60 anos nas regiões norte, com uma distribuição quase inversamente ao mapa V. Esta população possui também demandas específicas para a gestão de benefícios socioassistenciais, proteções sociais básica e especial, que devem ser articuladas com outras áreas, como saúde, esporte, cultura, lazer, previdência.

Mapa IV - IPRS e estradas de rodagem.

## Mapa Índice Paulista de Responsabilidade Social IPRS

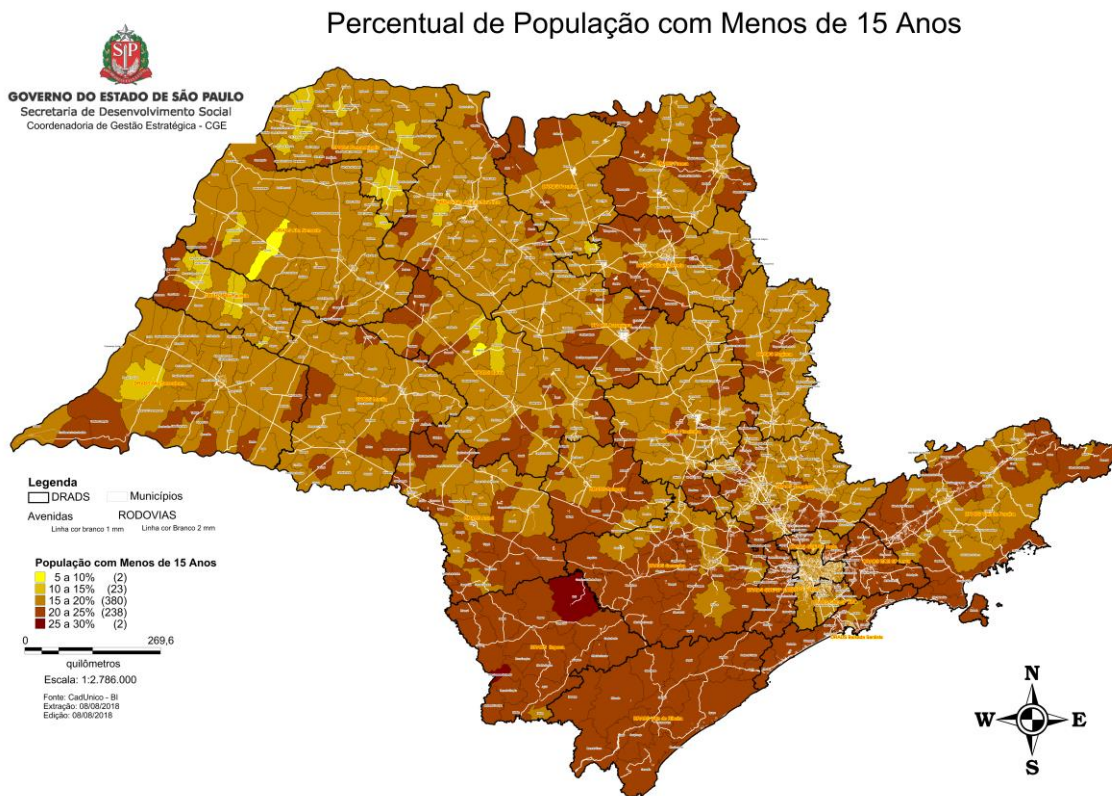


|  |
|--|
| <b>Grupo 1</b><br>Riqueza: alta<br>Indicadores sociais: bons             |
| <b>Grupo 2</b><br>Riqueza: alta<br>Indicadores sociais: insatisfatórios  |
| <b>Grupo 3</b><br>Riqueza: baixa<br>Indicadores sociais: bons            |
| <b>Grupo 4</b><br>Riqueza: baixa<br>Indicadores sociais: intermediários  |
| <b>Grupo 5</b><br>Riqueza: baixa<br>Indicadores sociais: insatisfatórios |

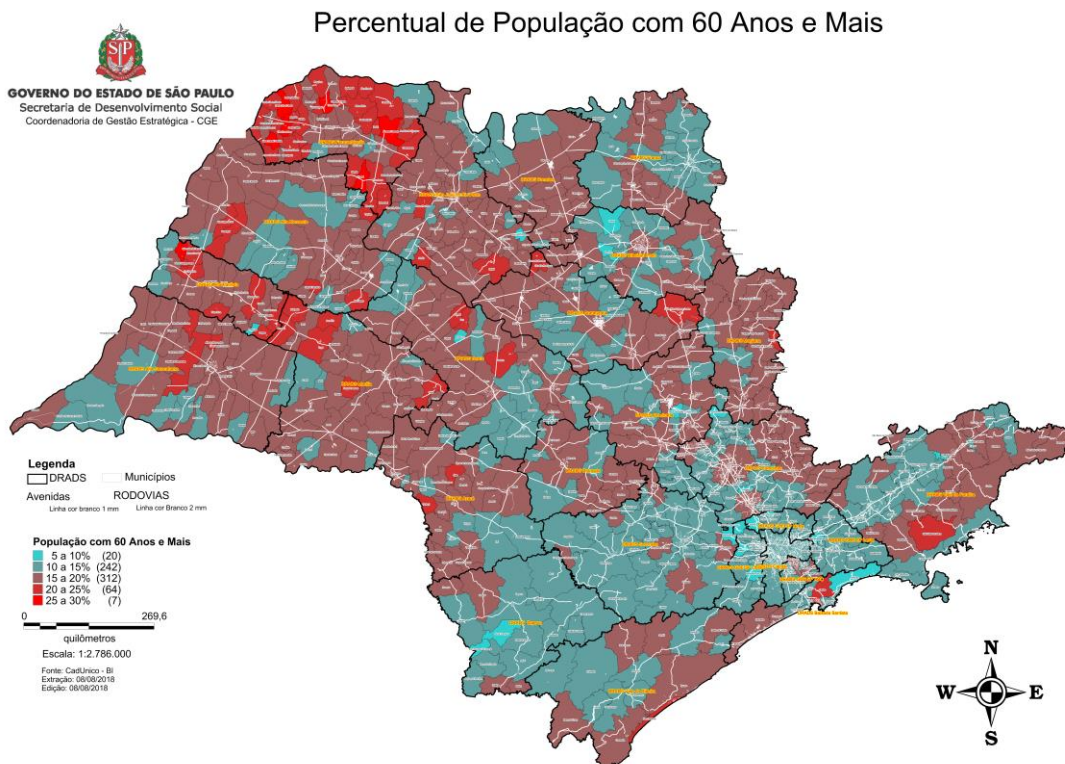
Fonte: Fundação SEADE. Elaborado por equipe georreferenciamento CGE.



**Mapa V - Percentual da população menor de 15 anos.**



**Mapa VI - Percentual da população maior de 60 anos.**



Fonte: Fundação SEADE. Elaborado por equipe georreferenciamento CGE.

Condições para articulação entre territórios e setores.

- **Caracterize os tipos de gargalos na articulação com prefeituras municipais, conselhos e outras áreas irmãs da assistência social. Pense em estratégias relacionadas as demandas de serviços socioassistenciais.**

10. Quais os territórios com maior dificuldade de articulação técnico-política?



## **REVENDO A LEITURA DO TERRITÓRIO DO DIAGNÓSTICO PEAS 2016/2019**

O texto que se segue foi retirado do diagnóstico PEAS 2016/2019, baseado em uma análise técnica e participativa durante o segundo semestre de 2015. O contexto do I Encontro de Vigilância Socioassistencial para técnicos da SEDS e no último ano de execução daquele plano, faz necessário revermos o processo e reavaliar nossas estratégias de ação.

Atentamos que cada um destes tópicos são foco de planejamentos estratégico, protocolos de ação e de orientação técnica.

### **DRADS em cujos territórios observam-se um conjunto complexo de fatores de risco e vulnerabilidade social.**

Observa-se em algumas regiões a existência de um conjunto complexo de fatores que potencializam as situações de risco e vulnerabilidades sociais, tais como a presença de penitenciárias, unidades de internação de adolescentes, assentamentos, cidades com atividade econômica agroindustrial, estâncias turísticas ou concentração de pequenos municípios.

Esta complexidade dada pelo conjunto de fatores está presente, preponderantemente, nas DRADS Alta Noroeste, Alta Paulista, Alta Sorocabana, Bauru e Avaré. Três destas DRADS (Alta Noroeste, Alta Paulista e Alta Sorocabana) estão localizadas no extremo oeste do Estado, fazendo fronteira entre si. Duas delas fazem fronteira com os Estados de Mato Grosso e Paraná. São igualmente regiões com terras devolutas transformadas em assentamentos, sobretudo na Alta Sorocabana, com a presença de assentamentos e de movimentos agrários.

A região de Avaré e dois municípios da Alta Paulista, banhados pelo rio Paraná, são considerados estância turística. Esta região agrega também presídios de segurança máxima e unidades de internação da Fundação CASA, aldeias indígenas e famílias assentadas. Conta com a presença da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Instituto de Terras do Estado de SP (ITESP).

Na região da DRADS Bauru, os municípios que beiram o rio Tietê são turísticos e, durante as temporadas, observa-se aumento do trabalho infantil e até mesmo casos de abuso sexual infantil, além do uso de substâncias psicoativas.

### **DRADS cujos municípios são os mais pobres do Estado de São Paulo - Itapeva e Vale do Ribeira, e municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais.**

Os municípios pertencentes às DRADS do Vale do Paraíba e Itapeva apresentam os maiores índices de vulnerabilidade do

Estado de São Paulo, já que os dados disponíveis ainda não captaram a evolução alcançada. De qualquer forma, para a compreensão desta situação, é preciso considerar aspectos históricos e geográficos presentes nestas regiões, como a topografia acidentada e o clima, os quais dificultaram a ocupação humana na região, que também possui áreas de preservação ambiental e é marcada pela carência de infraestrutura básica, dificultando até mesmo o processo de industrialização.

Os municípios do Vale do Ribeira e de Itapeva têm em comum a ausência de infraestrutura básica e o seu isolamento, causado pelas dificuldades de locomoção entre os municípios e demais regiões, em razão da precarização das estradas e do transporte coletivo intermunicipal limitado, que dificultam a circulação das pessoas.

A ausência de serviços nos municípios, somada à precariedade dos transportes, agrava as condições de vida da população destas regiões. A ausência de postos de atendimento e de agências bancárias ampliam as dificuldades dos usuários da Assistência Social que recebem benefícios ou Transferência de Renda e precisam viajar para retirar o cartão eletrônico e sacar o benefício mensal, gastando, com isso, uma parte do benefício em transporte.

Destacam-se ainda alguns municípios que sofrem frequentemente com os efeitos climáticos decorrentes das chuvas, com enchentes e inundações de partes da cidade.

Ambas as regiões contam com a presença de comunidades tradicionais e indígenas em sua população, consideradas grupos vulneráveis, com demandas específicas. Além disto, a DRADS do Vale do Ribeira menciona em seu diagnóstico as dificuldades para se realizar o trabalho com a população indígena, no que se refere à mendicância, e também de se lidar com o trabalho infantil nas cidades do litoral. Além disso, nessas comunidades, está presente maior incidência de uso abusivo de substâncias psicoativas, principalmente o álcool, o que indica a importância da oferta de Serviços de Proteção Social Especial na região. São regiões pobres, sem infraestrutura e isoladas.

### **Municípios com vocação turística**

As DRADS Baixada Santista, Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Avaré, Bauru, Campinas, Fernandópolis, Franca, Marília, Piracicaba, Sorocaba, Capital, Grande São Paulo Sul, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Oeste, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira indicam a presença de cidades com vocação turística. Em certos aspectos esta é uma atividade favorável à economia local. É o caso da DRADS de Avaré, em que três municípios têm título de Estância Turística e um de Estância Hidromineral, o que lhes garante maiores investimentos para promoverem o turismo regional.

Entretanto, em municípios que apresentam um grande fluxo de pessoas, seja pela vocação turística ou por períodos de temporada, a ocorrência de trabalho infantil e/ou outras situações que incidem sobre as vulnerabilidades e riscos, principalmente para crianças e adolescentes, pode se agravar.

Outro ponto de atenção é o da região portuária em Santos e em São Sebastião, que apresentam casos de trabalho infantil e tráfico de pessoas. Como exemplos desta situação, tem-se a sub-região de Guaratinguetá, pertencente à DRADS do Vale do Paraíba, que concentra algumas cidades com turismo religioso, ou ainda cidades do interior do Estado, com as tradicionais festas agropecuárias. No Vale do Paraíba, Guaratinguetá apresenta elevado número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, relacionado ao turismo religioso.

Nos diagnósticos destas regiões, verifica-se a presença ou o aumento de situações de trabalho infantil, ou mesmo de exploração de crianças e adolescentes, ligadas ao grande fluxo de pessoas nesses territórios. Embora deva ser aprofundada, essa análise evidencia a necessidade dos Serviços de Proteção Social Especial, bem como da Proteção Social Básica, com o trabalho preventivo para diminuir a incidência destas ocorrências.

### **Municípios com ocupação irregular do solo e com áreas de preservação ambiental**

A questão da moradia precária se agrava com a ocupação irregular do solo e pela existência de áreas de preservação ambiental nos municípios, o que dificulta a melhoria da habitabilidade com a implantação de serviços públicos em seus territórios. Essas condições são destacadas, em seus diagnósticos, pelas DRADS Araraquara, Avaré, Bauru, Botucatu, Campinas, Capital, Itapeva, Marília, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Grande São Paulo Sul, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Oeste, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira.

Estas situações evidenciam a importância de um trabalho intersetorial com as demais políticas para a busca de alternativas e soluções para os desafios postos nestes municípios com vistas à redução das vulnerabilidades e riscos próprios desses territórios.

### **Municípios com presença de Assentamentos Rurais**

Contam com a presença de assentamentos rurais as DRADS: Alta Noroeste, Alta Paulista, Alta Sorocabana, Araraquara, Avaré, Baixada Santista, Barretos, Bauru, Campinas, Fernandópolis, Franca, Itapeva, Marília, Mogiana, Piracicaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba, Grande São

Paulo Leste, Grande São Paulo Norte, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira.

A presença de acampamentos e assentamentos de movimentos agrários em algumas regiões e ou municípios do Estado também é relacionada ao aumento das vulnerabilidades, tendo como primeiro reflexo o aumento da população e conseqüentemente o aumento da demanda de Proteção Social, principalmente dos Serviços de Proteção Social Básica e dos Benefícios e Programas de Transferência de Renda.

Em especial, as DRADS Avaré, Bauru, Marília, Barretos, Alta Sorocabana e Alta Paulista destacam, em seus diagnósticos, a presença dessa população relacionada às demandas socioassistenciais.

As demandas de Proteção Social ligadas à presença de famílias assentadas e/ou acampadas em alguns territórios trazem consigo vários desafios para a Política de Assistência Social e também exigem um trabalho articulado com outros atores, como o Incra<sup>27</sup> e o Itesp<sup>28</sup>, para a efetivação de políticas públicas.

As DRADS destacam dois desafios ligados a esta situação. Um é a questão da localização, uma vez que tais acampamentos e assentamentos se localizam distantes dos perímetros urbanos. O outro está relacionado à dificuldade de inserção desta população no mercado de trabalho local, em razão das próprias características da economia dos municípios ou região, que apresentam escassez de atividades geradoras de emprego e renda que possam contribuir para a fixação e inserção dessa população.

Nestas regiões foi destacada a insuficiência de profissionais para cobertura dos serviços socioassistenciais. Os CRAS implantados não apresentam impactos expressivos. A população é dependente da rede de serviços socioassistenciais, principalmente PSE, que, aparentemente, é suficiente. Nos menores municípios, da zona rural, além da vulnerabilidade social que mais atinge sua população - a ausência de renda e a sazonalidade do trabalho - há também o acúmulo maior de déficit em relação à gestão pública local.

A gestão da Política Municipal de Assistência Social nestes municípios é bastante incipiente, devendo haver um esforço adicional para a melhoria do seu desempenho técnico e operacional-financeiro. Há necessidade de capacitação dos técnicos e gestores públicos, tanto para a gestão dos recursos como para o desenvolvimento da Política de Assistência Social.

### **Municípios com presença de penitenciárias**

Destacam as penitenciárias em seus territórios as DRADS: Alta Paulista, Alta Noroeste, Avaré, Vale do Paraíba, Alta Sorocabana, Bauru, São José do Rio Preto, Campinas, Sorocaba

e Capital, Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Oeste, Grande São Paulo Sul, Grande São Paulo Leste.

A descentralização político-administrativa e a regionalização de alguns serviços, como a instalação de unidades do sistema prisional e da Fundação CASA, são relacionadas por alguns municípios como um fator que aumenta as vulnerabilidades em seus territórios.

A presença dessas unidades é registrada pelas DRADS como significativa em alguns municípios do Estado, ocasionando um aumento da população, formada tanto por trabalhadores dos presídios, quanto por familiares de presos, que acabam migrando para o município. Este contingente adicional sobrecarrega as áreas de Saúde e Assistência Social. É importante destacar que o impacto da instalação destas unidades adquire maior relevância nos municípios de Pequeno Porte.

De acordo com o diagnóstico elaborado pelas DRADS:

- A região de Alta Paulista concentra nove penitenciárias e uma unidade de internação da Fundação CASA;
- Em Avaré, a população carcerária é ocupante de presídios de alta periculosidade (Itaí, Avaré, Cerqueira César, Iaras e Taquarituba) e de quatro unidades da Fundação CASA (Cerqueira César e Iaras);
- A região de Bauru abriga 11 Unidades Prisionais, 1 Centro de Detenção Provisória, 1 Centro de Ressocialização, 2 Unidades de Internação da Fundação CASA;
- Alta Noroeste apresenta sete penitenciárias em sua região.

#### **DRADS onde se localizam aldeias indígenas e comunidades quilombolas**

Algumas regiões do Estado concentram grupos populacionais específicos, como comunidades quilombolas e comunidades indígenas. Tais grupos são definidos como vulneráveis e, por essa razão, têm prioridade de atendimento pela Política de Assistência Social, mas com especificidades a serem consideradas e que necessitam do envolvimento de outros atores para a efetivação de políticas públicas. No caso da população indígena, esses outros atores seria a Funai, órgão indigenista responsável pela promoção e proteção aos direitos dos povos indígenas de todo o território nacional.

Contam com a presença de comunidades tradicionais, comunidades quilombolas e/ou indígenas as DRADS Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, Avaré, Marília, Itapeva, Sorocaba, Piracicaba, Campinas e Capital.

São 29 as terras indígenas no Estado de São Paulo que já contam com algum tipo de reconhecimento por parte do governo. Tais áreas somam 41.566,692029 hectares localizados na área de aplicação da Lei da Mata Atlântica, contribuindo com a conservação da diversidade biológica e cultural do bioma.

- De acordo com os diagnósticos elaborados pelas DRADS:
- Em Ubatuba, no Vale no Paraíba, existem comunidades quilombola e indígena.
  - Em Bauru, a Reserva Indígena Arariba, no município de Avaí, é composta por quatro aldeias, com população média de 650 índios, em situação de vulnerabilidade e risco social.
  - Em Avaré, Barão de Antonina também tem a presença de população indígena, que envolvem outros atores para a efetivação de políticas públicas, como a Funai, órgão indigenista responsável pela promoção e proteção aos direitos dos povos indígenas de todo o território nacional.
  - O município de Arco-Íris, em Marília, possui uma aldeia indígena com 240 habitantes, que são atendidos pela Rede Socioassistencial.
  - O Vale do Ribeira concentra a maioria das comunidades quilombolas do Estado e comunidades indígenas vivem dentro ou próximas às reservas florestais.
  - Sorocaba (Salto de Pirapora), Piracicaba (Capivari) e Campinas (Itatiba) também possuem comunidades quilombolas.
  - Na região atendida pela DRADS Itapeva, quatro municípios possuem população tradicional quilombola: Barra do Chapéu, Iporanga, Itaóca e Itapeva.

**Pequenos municípios em torno de poucos municípios de Grande Porte, com a presença de universidades e redes de serviços sociais públicos razoavelmente contemplados**

As DRADS de Araraquara, Botucatu, Franca, Marília, Mogiana, Ribeirão Preto, Piracicaba, São José do Rio Preto e Fernandópolis possuem contextos similares. Nestas DRADS encontram-se municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

A despeito desta condição, foi destacada em Franca a presença de crianças e adolescentes de 10 a 15 anos em situação de trabalho infantil que correspondem a 6,6%, a maior taxa do Estado, juntamente com a região de Dracena. Entre a faixa etária de 14 e 15 anos este percentual é ainda maior, sendo identificados 13,9%.

**DRADS em regiões metropolitanas**

O Estado de São Paulo, com aproximadamente 42 milhões de habitantes, apresenta uma notável concentração da população em suas cinco regiões metropolitanas, quase 80% do total de habitantes do Estado.

Contam, em sua região de abrangência, com regiões metropolitanas as DRADS Capital, Grande São Paulo ABC, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Oeste, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba.

A DRADS Grande São Paulo apresenta uma densidade demográfica 44 vezes maior que a média estadual, enquanto a DRADS Vale do Ribeira tem densidade demográfica 7,5 vezes menor que a mesma média.

A região metropolitana de São Paulo apresenta "ilhas" de preservação ambiental. Por exemplo, os municípios ao longo da Régis Bittencourt possuem extensas áreas de capoeiras<sup>30</sup> e de reflorestamento. Compõem igualmente estas regiões as chamadas "cidades-dormitório", apresentando ambiente urbano pobre, com baixa oferta de serviços públicos.

As maiores vulnerabilidades identificadas nas regiões metropolitanas são emprego e renda, moradia e saneamento básico, que demandam ações intersetoriais e serviços socioassistenciais de Média e Alta Complexidade.

### **Campinas e Sorocaba**

Campinas é uma região heterogênea quanto ao porte dos 43 municípios: 1 MetrÓpole, 11 de Grande Porte, 6 de Médio Porte, 12 de Pequeno Porte II e 13 de Pequeno Porte I. A DRADS divide o território em 4 regiões: Metropolitana de Campinas (20 municípios); Aglomeração Urbana de Jundiaí (7), Bragantina (10) e Circuito das Águas (6).

Nos municípios pequenos rurais, as vulnerabilidades seguem sendo famílias em extrema pobreza, ausência de renda. Nos municípios urbanos, as vulnerabilidades mais destacadas são a presença de população em situação de rua, tráfico de pessoas; refugiados/migrantes em Campinas; trabalho infantil; medidas socioeducativas em meio aberto, violência contra mulheres e jovens na região.

A região de Sorocaba é composta por 31 municípios. São 11 de Pequeno Porte I, 11 de Pequeno Porte II, 3 de Médio Porte e 6 de Grande Porte. As vulnerabilidades apontadas referem-se à existência de famílias em situação de fragilidade social e risco de ruptura dos vínculos familiares, o desemprego ou a inserção precária no mercado de trabalho e mesmo nulo acesso a renda.

### **Baixada Santista**

A Baixada Santista tem como polo a cidade de Santos, com sua intensa atividade portuária. A vocação industrial é característica predominante de Cubatão, primeiro polo industrial do país, enquanto São Vicente atua como "cidade-dormitório" para os trabalhadores desses outros dois municípios. Além disso, prepondera a sazonalidade do emprego por todos os municípios, resultante dos fluxos da temporada turística.

### **Vale do Paraíba e litoral norte (região metropolitana do vale do Paraíba)**

São 22 municípios de Pequeno Porte I, 6 de Pequeno Porte II, 5 de Médio Porte e 6 de Grande Porte. Em relação às atividades econômicas, a sub-região de São José dos Campos concentra o polo industrial e tecnológico do Vale do Paraíba; a sub-região de Taubaté conta com a presença de estâncias turísticas; a sub-região de Guaratinguetá tem o turismo religioso nos municípios de Aparecida, Cachoeira Paulista e Guaratinguetá; a sub-região de Cruzeiro oferece o ecoturismo, turismo rural, de aventura, religioso e histórico-cultural; a sub-região Litoral Norte tem estâncias turísticas e possui boa arrecadação por suas reservas petrolíferas e com o porto de São Sebastião.

Na sub-região Taubaté, os municípios de Taubaté e Tremembé possuem unidades prisionais, que acarretam as vulnerabilidades decorrentes dessa situação.

### **Municípios com infraestrutura e condições de moradia inadequadas**

As condições de infraestrutura e moradia inadequadas estão presentes nas DRADS Capital, Baixada Santista, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, Capital, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Oeste, Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Sul e Araraquara.

A precariedade das condições de moradia é uma questão presente nas metrópoles e nas cidades do seu entorno, impactando as condições de vida da população e agravando suas vulnerabilidades, de modo que um expressivo contingente de famílias tem dificuldade de acesso aos serviços públicos como saneamento básico, transporte, saúde, educação, segurança e habitação.

Estas situações evidenciam a importância de um trabalho intersetorial com as demais políticas públicas, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, principalmente no que se refere à habitação, e seus reflexos na redução das vulnerabilidades e riscos presentes nos territórios.

### **Indicação de "cidades-dormitório" - DRADS Capital, regiões metropolitanas, Baixada Santista, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto**

Alguns municípios são considerados como "cidade-dormitório", pois parte significativa da sua população trabalha ou estuda em outra cidade, além de também apresentarem uma economia pouco dinâmica.

Na região da DRADS São José do Rio Preto, por exemplo, muitos municípios menores se tornaram "cidades-dormitório", pois o nível de emprego formal é baixo. Também se caracterizam como "cidades-dormitório": São Vicente, na Baixada Santista, alguns municípios das DRADS Grande São



Paulo Leste e Norte, como Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã, e a maioria dos municípios da DRADS Grande São Paulo Oeste.

Com a interiorização do desenvolvimento no Estado, algumas cidades do interior passaram a apresentar características semelhantes às das "cidades-dormitório", principalmente aquelas próximas aos grandes aglomerados urbanos, como Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

Estas características impactam a vida da população, uma vez que também é característica nestas cidades a alta densidade demográfica com grande concentração da população em maior situação de vulnerabilidade e a pouca oferta de serviços e políticas públicas.

Esta situação ressalta a importância dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial e, especialmente, do trabalho intersetorial com as demais políticas sociais.

### **Indicação de municípios com concentração de refugiados e migrantes (DRADS Capital, Campinas e São José do Rio Preto)**

Nos últimos anos, a cidade de São Paulo tem sido a porta de entrada para migrantes e refugiados. A DRADS de Campinas relata, em seu diagnóstico, a presença de migrantes. A DRADS de São José do Rio Preto relata que há alguns anos verifica-se aumento de migrantes vindos da Bolívia para trabalhar em fábricas de costura, em condições sub-humanas. Recentemente, passou-se a receber migrantes de outros países sul-americanos, do Haiti e refugiados da Síria, Egito, Paquistão e Afeganistão.

O fenômeno da migração demanda uma resposta por meio de Serviços de Proteção Social Especial (Acolhimento) e também de Proteção Social Básica.